



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **LACTOSOJA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - EPP**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora de alguns itens objeto da licitação as empresas licitantes: **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA**, **NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA** e **KETYS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, manifestou-se o representante presente da empresa licitante **LACTOSOJA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - EPP**, sua intenção de apresentar **recurso**, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, bem como, ficando as demais licitantes intimadas para apresentarem as contra-razões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente: **LACTOSOJA SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA - EPP**, devidamente protocolado sob nº **15430/2018**, às **15h:16m:02s**, do dia **20/12/2018**.

Por sua vez, igualmente dentro do prazo estabelecido manifestou-se apresentando suas **contra-razões de recurso**, a empresa licitante: **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA**, devidamente protocolada sob nº **15524/2018** às **11h:04m:24s**, do dia **27/12/2018**.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 129/2018** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 103/2018**, nas razões de recurso apresentada pela empresa recorrente e nas contra-razões de recurso apresentada pela empresa impugnante, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não do Recurso Administrativo, apresentada pela empresa **LACTOSOJA SERVIÇOS E COMERCIO LTDA EPP**, em face das decisões proferidas pelo Pregoeiro na Ata de sessão pública de habilitar as empresas **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA** E **NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, que em seu entendimento não cumpriram o item 7.1.2.3.2 do edital; e a empresa **KETYS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME** que, em sua opinião, deixou de cumprir os requisitos referente aos itens 7.1 e 7.1.4 do edital da licitação modalidade Pregão Presencial n. 103/2018.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. A empresa protocolou o presente recurso administrativo, tempestivamente, solicitando que seja anulada a decisão do Pregoeiro, declarando as empresas **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA** E **NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA** e **KETYS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME** **inabilitadas** para o certame. Alegando, em síntese, que as certidões apresentadas pelas empresas não suprem o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

exigido no edital, no tocante a regularidade fiscal, item 7.1.2.3.2. E, no tocante a empresa KETYS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, alega que a mesma não cumpriu os requisitos aos itens 7.1 e 7.1.4. A empresa COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA, em suas contrarrazões, afirma ter cumprido o exigido no edital com a certidão apresentada.

4. Em que pese a alegação da empresa recorrente, a mesma não assiste razão em suas alegações, vejamos:

O edital exige o seguinte:

7.1.2.3.2 – Prova de regularidade para com a Fazendas Estadual (abrangendo os Débitos Inscritos e os Não Inscritos e, Dívida Ativa) que deverá ser comprovada através da apresentação de “Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado” em que estiver situado o licitante ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei; (grifo nosso)

Estabelece o artigo 29, III, da Lei de Licitações:

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

(...)

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei”.

Tanto o edital quanto dispositivo mencionado, diferente do alegado pela empresa, não exige que a Certidão seja retirada por intermédio do endereço eletrônico www.pfe.fazenda.sp.gov.br. Sendo assim, o que o legislador exigiu foi a comprovação através da certidão, não importando se a mesma é obtida por meio eletrônico ou diretamente no posto fiscal, conforme o caso em tela.

Vejamos, o que o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nesse sentido:

“A Lei nº. 8666/93 exige prova de regularidade fiscal perante todas as fazendas, Federal, estadual e Municipal, independentemente da atividade do licitante” (STJ Recurso Especial n. 138.745/RS Relator: Min. Franciulli Netto. DJ 25.06.2001).

Assim, só estará habilitado **o licitante que comprovar estar em dia com as obrigações relativas a todas as fazendas**. Ou seja, não importa como é obtida a Certidão, bastando o licitante apresentá-la

Diante das informações relatadas, entende-se que na situação descrita exige-se para comprovar a regularidade fiscal, no tocante, a Fazenda estadual, a apresentação das certidões exigidas no edital, não importante se a mesma é obtida por meio eletrônico ou físico, apenas exige que a mesma seja emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado.

E, no tocante a empresa KETYS INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, na Ata de sessão Pública referente ao Pregão 103/2018, consta que os documentos exigidos foram trocados, ou seja, a declaração referente ao item 7.1.4 foi colocada no credenciamento e a declaração referente ao item 4.7 na habilitação, ou seja, a empresa estava de posse das duas declarações, todavia, foram, equivocadamente, colocadas em lugar errado. Todavia como bem relatado pelo Pregoeiro na Ata, o equívoco poderia ser sanado no momento do credenciamento sem prejuízo para o Pregão. Sendo assim, o Pregoeiro agiu, com o costumeiro acerto, e corrigiu a situação, habilitou a empresa, e, registrou tudo em Ata.

III – DA CONCLUSÃO

5. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, **OPINO** pelo **não provimento** do Recursos Administrativo.

Convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada, pois as Provas de regularidade para com a Fazenda Estadual abrangendo os Débitos Não Inscritos em Dívida Ativa apresentadas pelas empresas **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA** e **NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, no certame, estão de acordo com as normas editalícias, bem como, amparadas legalmente pela Resolução SF-95, de 16-12-2014. Quanto aos acontecimentos ocorridos na sessão com relação a empresa **KETYS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**, o Pregoeiro esclareceu de forma clara e objetiva os fatos, onde reconheceu a falha da Administração, neste caso, representada por ele e pela sua equipe de apoio, e de forma correta, bem como, devidamente amparado no item 8.17 do Edital manteve a habilitação da citada empresa, mantendo como de costume sua transparência e imparcialidade no certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
GABINETE DO PREFEITO

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparo no parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **improvemento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outrora a vista da habilitação, declarou vencedoras dos seus respectivos itens objeto do presente certame licitatório, devidamente especificados na ata da sessão, as empresas: **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA, NUTRICIONALE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e KETYS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.**

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos os participantes, em atendimento ao **item 17.3 do Edital nº 129/2018** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º, do artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 02 de janeiro de 2019.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL